



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RECONSTRUIR CONCEITOS E PRÁTICAS

Ana Laura Campos Barbosa¹

GT 08 – Espaços Educativos, Currículos e Formação Docente (Saberes e Práticas)

RESUMO

Neste artigo fazemos uma reflexão do percurso pelo qual o docente deve trilhar para realizar mudanças necessárias baseadas na práxis em sala de aula a partir da sua experiência com a educação inclusiva. É fato que a educação em sua dinâmica constro e reconstrói seus paradigmas, necessários para prática docente. No atual contexto, a sociedade aprofunda debates onde já não se admite mais preconceitos, segregação e discriminação por causa das nossas diferenças. Nesse sentido, cabe a escola reordenar suas práticas educativas de forma completa e organizada. Bem como, os professores se proporem a repensar sua própria ação.

Palavras-chaves: Prática Educativa, Educação Inclusiva, Reflexão.

SOMMAIRE

Dans cet article, nous réfléchissons sur le chemin que les enseignants devraient prendre pour apporter les changements nécessaires en fonction de la pratique en classe à partir de leur expérience de l'éducation inclusive. C'est un fait que l'éducation dans sa dynamique construit et reconstruit ses paradigmes, nécessaires à l'enseignement de la pratique. Dans le contexte actuel, la société approfondit les débats où elle n'admet plus de préjugés, de ségrégation et de discrimination à cause de nos différences. En ce sens, il appartient à l'école de réorganiser ses pratiques éducatives de manière complète et organisée. De même que les enseignants proposent de repenser leur propre action.

Mots clés: Pratique Éducative, Éducation Inclusive, Réflexion.

¹ Licenciatura em Pedagogia pela UFS. Pós graduada em Educação e Gestão pela Faculdade Pio Décimo e em Deficiências Múltiplas e Sensoriais pela FAVENI. Professora na Rede Estadual de Ensino de Sergipe e na Rede Municipal de Ensino de Aracaju.



UM NOVO TEMPO, UM NOVO OLHAR

Sabemos que o homem se destingue dos outros animais por meio da razão e que a educação se apresenta como o meio mais eficaz para que aconteça a propagação e acúmulo das informações adquiridas no decorrer dos tempos. A educação se faz como um trabalho inevitável desde quando o homem, diferente dos outros animais passa a ter consciência sobre si mesmo e domínio de informações transmitidas e repassadas por seus antepassados. Desde então, temos a educação como foco de ressignificação constante, pois são muitos os pontos a serem repensados e reavaliados todas as vezes que a humanidade requisita alguma mudança.

Segundo Antunes (1937, p.11), “em sentido vocabular a palavra ‘educação’ nos remete ao ato ou efeito de educar, processo pelo que busca o desenvolvimento harmônico da pessoa nos seus aspectos intelectual, moral e físico, e sua inserção na sociedade”. Ao nascer a criança passa pelo processo de desenvolvimento e maturação de seu corpo e mente. A educação passa a ser uma forma que a humanidade encontrou para transmitir saberes acumulados, informações, valores, cultura, inserindo a criança na comunidade, de modo que esta saiba agir e se comportar de acordo com o meio social em que vive. Buscando um desenvolvimento harmônico, que seja equilibrado em seus distintos aspectos, intelectual, moral e físico, incluindo a vivência em sociedade.

Antunes (1937, p.12) também afirma que “o processo educativo sofre contínuas alterações, das mais simples e pontuais às mais radicais e significativas, de como o grupo ao qual ele se aplica, e se ajusta às formas consideradas ‘padrão’ nas sociedades”. Então, ao passar do tempo o processo educativo vai se adequando as necessidades da sociedade, buscando atender as mudanças vivenciadas pelos grupos. Ele enfatiza que essa educação não ocorre apenas na escola, mas também no cotidiano. No entanto, a educação escolar atende as expectativas da sociedade, principalmente na relação de trabalho.

Ao longo do tempo, a relação do homem com a natureza vai se modificando, inclusive sua interação em sociedade. O desenvolvimento da tecnologia contribui para uma melhor relação entre os homens em todos os espaços, independente de diferenças, “vários segmentos sociais lutam por seus direitos de inclusão na sociedade. É o que acontece com as mulheres, negros, sem terra e tantos outros excluídos” (DIAS, 2003, p.5). E a escola tem um importante papel para possibilitar a inclusão, de todas as pessoas, pois é nela onde indivíduos



com todas as suas diferenças se relacionam, num primeiro momento, na infância onde nos são dadas as primeiras informações sobre o meio social em que vive.

Dentre estas pessoas que buscam serem incluídas, temos os indivíduos com deficiência, que tem inquietado o sistema educacional, pois exigem uma ressignificação de todo o contexto escolar. Segundo Montoam (2003, p.16), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Quando se fala em mudanças de perspectiva esta deve acontecer com consistência e coerência de modo que atinja a todos os envolvidos: pais, professores, diretores, colegas, funcionário, sociedade de modo geral. Já que para incluir é necessário que todos entendam e modifiquem a forma de pensar e agir diante da capacidade de aprender e de viver. De acordo com Dias (2003, p.5), “leis tem sido criadas para a garantia desses direitos, o que já é um grande passo. Mas apesar delas, percebemos que excluímos as pessoas que consideramos diferentes” e continua “precisamos, então, conhecer e reconhecer essas pessoas que vivem a nossa volta, excluídas por nossa própria ação”.

Se olharmos todos a nossa volta, respeitando e compreendendo as diferenças de cor, sexo, idade, opção sexual e deficiências físicas ou mentais, teremos uma sociedade democrática e inclusiva. De modo que, teremos sucesso real na educação que inclui todas as pessoas. Nos afirma Montoam (2003, p.16) que a inclusão “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática”. Radical, porque se apresenta diferente do que temos, do que estamos acostumados e habituados, portanto requer mudanças. Temos nossas escolas com estruturas de salas organizadas, basicamente, da mesma maneira, em sua grande maioria com carteiras enfileiradas, aulas expositivas e tarefas a serem copiadas do quadro. Ações frequentes e repetitivas que muitas vezes não estimula o desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo. Temos avançado no que diz respeito as discussões teóricas, porém ainda temos padronização na ação educativa, que não se atenta a individualidade de aprendizagem de cada aluno.

A inclusão prevê uma escola completa porque deve atingir a todos, em todas as dimensões: pessoal, educativa, social. O aluno está na escola mas tem toda uma comunidade envolvida, a comunidade escolar e a que ele vivencia fora dela. Todos temos que mudar o pensar, dentro e fora da escola, para poder agir de forma inclusiva. Os integrantes da escola, direção, equipe pedagógica, funcionários colegas, também a família, amigos, vizinhos.



A mudança também deve ser sistemática, já que se faz necessário uma reorganização curricular, um planejamento adequado, uma avaliação própria. Repensar o fazer, de acordo com a realidade a qual vivenciamos, atendendo as necessidades daqueles que estamos educando. Todo planejamento precisa ser avaliado, reavaliado e readequado a cada particularidade que se apresentar. Avaliar o aluno por completo, verificar seu desenvolvimento, de forma significativa, em todo o processo.

Nesse sentido a inclusão radical, completa e sistemática modificaria a escola totalmente, devendo ser esta repensada e remodelada para o nosso tempo. Também temos que ter em mente o que Freire (1996, p.20) nos diz “O trabalho docente deve ser realizado de forma ética respeitando o ser humano, suas potencialidades e vendo na educação a oportunidade de se refazer”.

Neste texto faremos uma reflexão do percurso pelo qual o docente deve trilhar para realizar as mudanças necessárias baseadas na contemplação da práxis de nossa vivência enquanto professora em sala de aula perpassando pela experiência da educação inclusiva. Somos conscientes que os docentes estão passando por um momento de transformação de paradigmas fundamentais em sua prática educativa, pois a sociedade trilha por um caminho onde já não se admite mais preconceitos, segregação e discriminação por causa de nossas diferenças. Temos que ter consciência das novas exigências da sociedade, desse modo, será mais fácil compreender, aceitar, interagir, proporcionar e participar de forma ética.

O REPENSAR EDUCAÇÃO NO TRANCORRER DA HISTÓRIA

Para compreendermos a problemática da inclusão se faz necessário compreender como a educação formal se construiu no decorrer do tempo e qual era a finalidade e objetivo desta, perante a sociedade. Desde os primórdios do que entendemos como educação o ser humano vem adquirindo informações com seres que viviam ao seu redor, observando e aprendendo. Na medida que foram tomando consciência de si mesmos e de suas potencialidades foram acumulando conhecimentos e se destacando diante dos outros seres da natureza.

Bianchetti e Correia (2011, p. 41) nos afirma que “desde tempos imemoriais, homens e mulheres, por meio de seus ditos e feitos, preocuparam-se em produzir um determinado (re)ordenamento no seu espaço-tempo, visando à sobrevivência em condições que se apresentam tanto mais adversas quanto mais recuamos no tempo.” Nesse sentido, se percebe que pequenos grupos, que se destacavam em sua inteligência e perspicaz se faziam



dominantes diante de outros e começavam a impor determinações de pensar e agir aos demais.

Passando o outro grupo, os dominados, a obedecer e ser orientados, guiados.

O uso da força física se apresentava de forma essencial, pois, os grupos dominantes exploravam a força física do outro para poder usufruir de benefícios, sendo assim, muitos ficavam excluídos até mesmos da exploração, pois não serviam para tal propósito. No entanto, no transcorrer dos acontecimentos algumas coisas vão mudando, às vezes lentamente, outras de forma dinâmica, muitas vezes com bastante conflitos e lutas de ideais.

Silva (2014, p. 17) explana sobre as pessoas com deficiência no transcorrer da história, dividindo-a em ondas na qual pontua que a primeira onda foi o período em que os deficientes eram discriminados, pois eram apenas geradoras de despesas, na era agrícola a pessoa com deficiência era improdutiva. Porém enfatiza que,

“Como a história é dinâmica, a tecnologia prosseguiu evoluindo a ponto de deixar para trás a idade da força física e inaugurar o tempo da automação, quer dizer, a era industrial, ou seja, a segunda onda. (...) a qual começou no ano de 1789 e findou nos anos de 1970, foi também a onda da padronização e da produção em série, esse fator deu origem à ideia de que todas as coisas tinham que ser iguais, inclusive as pessoas; tal concepção robusteceu ainda mais a exclusão daqueles que não preenchiam os pré-requisitos de um padrão pré-estabelecido.”(SILVA, 2014, p.18)

Ao longo da história as pessoas seguem pensando, produzindo, se relacionando, de forma dinâmica. O conhecimento segue se desenvolvendo. O ser humano produz e adquire mais informações, também, elabora e constrói recursos de uso cotidiano. No período da era industrial, a segunda onda, as ideias de perfeição e beleza vem a tona. Nos produtos fabricados em série, se faltasse alguma parte, se tornava um defeito, não servia para a sua predistinação. Assim acontecia com as pessoas, porém neste período da história, devido a necessidade da indústria, ocorria de “a pessoa com deficiência integrar-se à sociedade, participando numa proporção relativa da força de produção”(SILVA, 2014, p.17), ou seja, se no trabalho de produção o serviço fosse feito apenas com os braços, um deficiente físico, que tivesse comprometido apenas os membros inferiores e atendesse tal pré-requisito (ter braços em boas condições) poderia trabalhar naquela função.

Para Silva (2014, p.17), a segunda onda deu a ideia de padronização, deixando implícito que tudo deveria ser igual, inclusive as pessoas, uma pessoa com deficiência era concebida como uma máquina com defeitos. Ele enfatiza que “se de um lado o avanço



tecnológico facilita a semi-inserção da pessoa com deficiência na sociedade, do outro era acerrado o preconceito” (SILVA, 2014, p.18)

De acordo com Bianchetti e Correia (2011, p. 42)

“Na nossa construção como seres humanos, individuais e coletivos, passamos por diversas fases concomitantes, sucessivas, costuradas, estabelecendo relações com nós mesmos e com os outros. Nesse estabelecimento de relações, acabam sendo decisivas as concepções advindas de cosmovisões, de ideologias, de teorias da educação – geradoras e direcionadoras de olhares! – e da forma como são implementadas/mantidas pelas instituições sociais.”

Na contemporaneidade, existe uma constante reflexão a respeito às diferenças, pois os antes excluídos requerem direitos à igualdade, mesmo que para isso as políticas públicas tenham que lhe proporcionar recursos advindos da equidade. Já que os excluídos trazem na sua história de exclusão um não ser acreditado que é muito forte perante o preconceito, este muito difícil de ser transformado.

Com a continua evolução da tecnologia, teve-se início a terceira onda, ou era pós industrial. Neste momento, segundo Silva, (2014,p.18) “ a pessoa com deficiência deixou de ser deficiente passando a ser reconhecido como apenas diferente, alguém com um jeito personalizado de ser”.

De acordo com Silva, (2014, p.18)

“Se atendendo a sua natureza dinâmica o progresso prossegue dando luz a sucessão de ondas e nos situando agora na onda ou na idade do cérebro, tal constatação indica que o ser humano da atualidade é quase tão somente cérebro, pois o mesmo quanto mais tem conhecimento, mais produz; e o corpo físico sofreu uma alteração em sua função, isto é, deixou de ser reconhecido como o homem em si, passando a ser considerado praticamente veículo dele próprio.”

Neste sentido, o processo de inclusão da pessoa com deficiência passou a ser possível perante a sociedade. Temos aí a quarta onda, era pós-moderna, onde devido ao avanço tecnológico, tendo conhecimento, o indivíduo pode ser criativo e interagir usando os recursos tecnológicos. Segundo Silva (2014, p.21), “na quarta onda, quando o homem resume-se a quase intelecto, a deficiência deixa de construir impedimento para que qualquer criatura humana inclua-se no seio social, entretanto, a aquisição de conhecimento é a senha inegociável para que a inclusão processe-se.”



Dentro dessa nova concepção da qual a deficiência deixa de construir impedimento para o ser humano, pois o valor maior está na capacidade de aprender e conhecer, surge uma nova necessidade para a escola. Esta tem que se repensar e se refazer. Com o papel de construir para a sociedade um novo olhar, um olhar inclusivo, reconhecendo que a principal característica do ser humano é a pluralidade.

Deste modo,

“ A educação especial, embora possua em suas linhas gerais, os mesmos objetivos da educação comum, utiliza metodologias especiais, alternativas de atendimento diferenciado, recursos humanos especializados, necessitando portanto, de fundamentos que norteiam suas orientações específicas acerca dos portadores de necessidades educativas especiais, com vistas a proporcionar-lhes condições que favoreçam a sua integração à sociedade.” (BRASIL, 1995, p.7)

Demarcando que, “do ponto de vista filosófico, a Educação Especial fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Declaração das Nações Unidas (Declaração de Salamanca).”(BRASIL, 1995, p.7)

Cada um desses documentos traz algo importante para esta mudança ocorrida na educação. A Declaração do Direito do Homem, “garante a educação para todos, indistintamente, quaisquer que sejam suas origens e condições sociais”, a Convenção do direito da Criança “explica em seu quinto princípio, os direitos dos portadores de necessidades educativas especiais, levando os educadores em geral a assumirem, conscientemente, a responsabilidade de valorizá-los como indivíduos e como seres sociais” e este último, a Declaração de Salamanca “ampliou o conceito de necessidade educacional especial e defendeu a necessidade de inclusão dos alunos especiais no sistema regular de ensino, tendo por princípio uma educação para todos” (BRASIL, 1995, p.7).

Os indivíduos com deficiências têm direitos assegurado à educação, sendo garantida sua matrícula em escolas regulares para que possam conviver socialmente com outros indivíduos. A escola tem, a partir daí, que elaborar uma proposta inclusiva, fazendo as adaptações necessárias de currículos, de planos de ação e de uma equipe pedagógica que dê suporte ao professor da sala regular. Para a concretização desta mudança na escola, são importantes políticas públicas que promovam condições reais. Possibilitando uma equipe multidisciplinar para acompanhar, orientar e capacitar a equipe que atua diretamente com o aluno, como também, possibilitar condições físicas e de material pedagógico adequado. Sem



contar que é fundamental uma formação de qualidade e continuada do professor, que deve buscar conhecer e compreender as necessidades e inquietações relacionadas a prática educativa de seu tempo, para, por fim, efetivar a proposta de inclusão.

A PRÁXIS COMO CAMINHO DA RECONSTRUÇÃO

Professora das redes Municipal e Estadual da Educação, inicialmente, não acreditava na inclusão. Pensava, sobre a questão, que todos, exatamente todos, os alunos tinham que ser incluído, pois nossos alunos das escolas públicas em que trabalhávamos eram praticamente todos excluídos pela sociedade. Por vários fatores: serem negros, terem fome, terem famílias desestruturadas, terem contexto de letramento desfavorável, entre muito outros. Por isso, não acreditava que era possível (ou necessário) incluir o portador de necessidades especiais na sala de ensino regular, dando a estes um olhar diferenciado.

Na verdade, não compreendia verdadeiramente o sentido da inclusão, até que entendi que inclusão não significa integração, separando por classes ou categorias, mas seria um processo pelo qual todos, exatamente todos, com suas particularidades físicas ou sociais, deveriam ter oportunidades. Oportunidades, estas, que lhes dessem a condição de aprender. E de ser reconhecido enquanto cidadão e respeitado enquanto ser humano.

Segundo Montoan (2003, p.16),

“as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (...) “ implica mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiências e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na correte educativa geral.”

De acordo com Lourenço (2010, p.36), “em uma escola inclusiva, o conceito de ‘normal’ precisa ser dissociado do conceito de igual e associado ao conceito de diversidade. A diversidade é o normal na escola inclusiva! Mais do que isso, a escola inclusiva é capaz de trabalhar com qualidade com a diversidade humana.”

Uma escola inclusiva não se refere apenas a inclusão dos portadores de deficiências, mas todos aqueles que não se enquadra no formato que historicamente a escola estabeleceu como “normal”. Temos que trabalhar com todos e para todos os indivíduos, com todas as suas particularidades e diferenças.



Quando fazemos nossa graduação, saímos habilitados para trabalhar com educação, porém não temos clareza do que devemos fazer, procuramos pós graduação para definir algo que queiramos nos especializar, mais ainda assim, temos teorias que nos dá uma noção parcial sobre as diversas possibilidades existentes na educação. Já a prática pedagógica nos leva a experiência que nos ensinam e como educadores temos que analisá-las de forma retirar delas lições das quais a gente possa aprender. Segundo Antunes (2014, p.106) “professor é quem se habilita e se certifica para uma função profissional e assim, ministra uma ciências, técnica ou arte.”

Diz também,

“um verdadeiro profissional em educação informa e educa, ensina, ensina fatos, mas ensina o aluno a aprender a apreendê-los, administra as relações interpessoais e sistêmicas da sala de aula e, nesse sentido, desenvolve experiências para mostrar aos alunos como viver em grupo e como em grupo produzir. Mais ainda, contextualiza e problematiza os termos que desenvolve e dessa forma anima o ‘saber fazer’, os conteúdos procedimentais das competências e é, antes de tudo, um avaliador.” (2014, p.107)

Enquanto profissionais de educação, sempre temos que refletir sobre como estimular o aluno a buscar aprender, como apreender e como fazer. Dando incentivo a conhecer, questionar, produzir. Sabemos que o contexto escolar nos apresenta grandes desafios, já que nos deparamos com muitos problemas em nosso dia a dia. Porém, temos que estar atentos as novas exigências da educação, temos que incluir, que democratizar, de forma que todo e qualquer indivíduo tenha acesso, com qualidade.

A discursão sobre a inclusão nos põe perante um grande desafio, pois nos convoca a olhar a nossa sala, não como a turma, mas como os alunos da turma, cada um com suas especificidades, especialmente aqueles que não conseguem aprender no mesmo ritmo que os outros de sua mesma idade, ou trazem, em seu corpo, dificuldades motoras que não possibilitam o desenvolvimento da fala e movimentos. A educação precisa rever sua forma de agir, com todos os alunos, para por fim , verdadeiramente, incluir.

Nos termos de Montoam (2003, p.18),

“A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa ‘o que’ e ‘como’ a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.”



Nosso primeiro aluno com necessidades especiais apresentava comportamento agressivo e incerto, não ficava parado na sala de aula, gritava bastante e as vezes corria, dando voltas. A atenção dos outros alunos se voltava para ele e a aula ficava dispersa, as crianças queriam fazer as mesmas coisas que ele fazia, e quando eu pedia para não fazer, questionavam o porquê ele podia. Quando a turma dispersava, tudo virava brincadeira, as tarefas planejadas para a aula não aconteciam ou aconteciam parcialmente.

Numa outra experiência, com uma turma de Estimulação, com um universo de alunos com paralisia cerebral, pude perceber o quanto eles eram capazes. Qualquer conquista, relacionadas a habilidades motoras ou comunicativas, era algo que lhes proporcionavam grande alegria. O relacionamento com os outros alunos, das turmas regulares da escola era um momento de grande prazer e satisfação, brincavam, conversavam, se socializavam com as outras crianças de forma harmônica e natural.

Na sequência, fomos trabalhar com jovens e adultos, num grupo com Deficientes Intelectuais em uma turma especial. Esta realidade nos mostrou o quanto interação de forma intensa, como são carinhosos, sonhadores. Em alguns momentos pareciam crianças brincando e brigando, com demonstração de toda a inocência, em outros deixavam claro que já eram adultos e demonstravam seus interesses pelo respeito, pelo relacionamento e por suas questões sexuais. Muitas vezes eram incompreendidos por todos: pais, professores, comunidade; e além de suas limitações físicas e mentais, tinham também as limitações que a sociedade lhes impõe diariamente, os tornando incapazes de tomar decisões.

O universo educacional pelo qual estava vivenciando trazia-nos, cada vez mais, a necessidade de estudo, pois não podemos planejar sem analisar a realidade com a qual estamos trabalhando, sem nos questionarmos o que os alunos precisam aprender e o que precisamos ensinar.

Já envolvidos na busca dessa nova forma de pensar educação, de modo que os novos desafios nos fazem repensar a prática educativa. Numa experiência sucessiva, nos deparando com uma realidade com a qual nunca tinha imaginado encontrar. Uma turma com seis alunos todos com deficiências, alguns com múltiplas. As teorias nos ajudam a pensar, mas não tem como nos dizer o que fazer na prática, cada um é diferente, seja especial ou não, cada um traz suas especificidades de saúde e de personalidade.

Destes alunos, a mais frequente era a garota com deficiência múltipla, visual e Transtorno do espectro autista (TEA), que não falava, chorava e se lamentava por toda tarde. Nas duas primeiras semanas esta criança com 9 anos de idade, só pensava em me agredir, me



procurava em sua escuridão para me dar socos e beliscões. Gritava e chorava o tempo todo. Pensei que tivesse sido por conta da troca de professora, mas relatos das colegas e da docente anterior nos disseram que seu comportamento era exatamente esse.

Viver sem um dos sentidos se apresenta para a nossa sociedade um grande desafio, para o deficiente visual, isso se apresenta bem complexo, pois, “considera-se que o sistema visual detecta e integra de forma instantânea e imediata mais de 80% dos estímulos no ambiente” (Sá, 2007, p.14). Associada a Deficiência Visual apresentava também o Transtorno do Espectro Autista (TEA) que, segundo Teixeira (2017, p.18) “é uma síndrome de início precoce caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social. Há também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos”

Ao longo dos dias fizemos a aluna perceber que podia acreditar nela mesma, passando a brincar com bola e massinha, colocar as mãos nos objetivos com curiosidade. Acompanhar as atividades propostas com o toque das mãos, atendia comandos e confiava nas orientações. Passou a andar com autonomia pela escola, carregando sua sacola, abrir os vasos que trazia com seu lanche, entre outras coisas.

Essas experiências nos mostraram o quanto a educação inclusiva deve ser refletida para se concretizar na prática. Temos que buscar conhecimento teórico para fundamentar a nossa ação, e nos refazer diariamente, enquanto educadores, pois trabalhamos com uma diversidade que anseia por respeito e reconhecimento. Somos agentes direto dessa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando saímos da universidade para adentrar no campo de atuação o qual escolhemos, não estamos completamente prontos. As diversas situações com as quais nos deparamos nos desafia a pensar e repensar a nossa prática. São muitos os desafios, dentre eles o de incluir alunos com deficiências, que requerem planejamento, processos e avaliações adequadas, respeitando sua individualidade.

A inclusão é uma exigência dos nossos tempo. A escola tem que se repensar e se reavaliar no sentido de buscar se tornar mais democrática no seu trabalho com a diversidade, pois não é só o sujeito com deficiência que precisa ser inserido, mas todo aquele que apresenta algum tipo de diferença.



As teorias impulsionam nosso trabalho, mas não tem como nos dizer o que fazer quando nos deparamos com a realidade. A prática docente deve ter estudo como base, pesquisar, registrar, analisar, avaliar e reavaliar, buscando resultados consistentes.

Pensar a educação com objetividade, buscar conhecimento atualizados, rever nossos conceitos, analisá-los, corrigindo quando estivermos equivocados, seguir levando conosco o que já aprendemos. E buscar realizar em nossa prática uma real escola inclusiva que é feita inicialmente por nossa atitude de reconhecer e respeitar a diversidade.

BIBLIOGRAFIA:

BIANCHETTI, Lucidio e Correia, José Alberto. **In/exclusão no trabalho e na educação: aspectos mitológicos, históricos e conceituais**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: Área de Deficiência Visual/ Ministério do Desporto, Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: MEC/SEESP, 1995. P.58 (Série Diretrizes; 8)

DIAS, Vera Lúcia Lopes. **Cartilha da inclusão dos direitos das pessoas com deficiência**, Rio de Janeiro: INES0UNESA, 2003. 57p

FEIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. –São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MONTOAM, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

SILVA, Fausto Joaquim Moreira da. **A era da pós-deficiência** –Aracaju:Criação,2014. 68p.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. 1 ed- São paulo: Paulinas, 2014.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. Rio de Janeiro, BestSeller, 2017.